

26 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Grupo vai discutir reajuste do Funrejus

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Os presidentes da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni, e do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, Guilherme Luiz Gomes, iniciaram ontem as conversas sobre o reajuste das taxas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), hoje estipuladas em 0,2%. De acordo com o projeto 638/2012, encaminhado no ano passado pelo TJ à AL, os índices passariam para 0,3%, o que significaria aumento de 50%. Os deputados, no entanto, consideram a alteração elevada.

Segundo Rossoni, a expectativa é que os dois órgãos cheguem a um consenso até

o fim desta semana, para que a matéria seja votada ainda em 2013. "Após a reunião, nós formamos um grupo de parlamentares, junto com a assessoria nossa e a do TJ, e eles vão encontrar uma proposta dentro do que as lideranças falaram, para depois nós sen-

**TJ
defende
um aumento
de 50%**

tarmos com o presidente e re-discutirmos", afirmou.

O tucano não descartou a possibilidade de as alíquotas atuais serem mantidas. "Talvez possamos até encontrar outras formas de aumentar a receita do Tribunal de Justiça. Mas como o acordo ainda não está firmado, eu não posso adiantar, nem falar em valores. Importante é que estamos buscando uma forma de sobrecarregar menos a população", completou.

Conforme o TJ, as verbas do Funrejus são necessárias porque garantem a construção de fóruns e a compra de equipamentos para o exercício da atuação judiciária, como computadores.

Cartórios

Também deve ser votado até dezembro o projeto de lei 609/2013, que reajusta as tabelas do Regimento de Custas em 11,45%. A matéria chegou à AL no final do ano passado, entretanto, após uma série de polêmicas, teve sua votação adiada. Na época, o TJ chegou a propor aumentar os valores de algumas taxas dos cartórios em até 300%. Mesmo reduzindo o reajuste linear para 18,44%, os desembargadores não conseguiram contornar as críticas. Desta vez, a expectativa é que a votação aconteça normalmente.

FOLHA DE LONDRINA

Presidente da AMB

critica 26 NOV 2013

troca de juiz

do mensalão

Santos Costa afirma que um juiz não pode ser escolhido "de acordo com interesse desse ou daquele"

Felipe Bächtold
Folhapress

Porto Alegre - O presidente eleito da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, disse que vê "com preocupação" a troca do juiz responsável pela execução das penas de réus do mensalão.

Santos Costa, 53, foi eleito para o cargo no fim de semana e atua em uma vara cível de Porto Alegre. Ele assume o comando da associação em dezembro.

Ele afirma que um juiz só pode ser substituído se for comprovado que cometeu alguma irregularidade e, ainda assim, após a instauração de um procedimento com garantia de ampla defesa. O juiz titular da Vara de Execuções Penais de Brasília, Ademar Vasconcelos, deixou de ser o responsável pelo processo do mensalão.

O motivo ainda não foi detalhado pelo Tribunal de Justiça do DF.

Vasconcelos havia tido desavenças com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, antes mesmo da execução das prisões dos réus do mensalão. "Ele (o ato) simplesmente tira um juiz de um processo. Não é uma regra processual, é um princípio constitucional: o juiz não pode ser escolhido de acordo com interesse desse ou da-

quele e a pretexto nenhum pode-se buscar uma justificativa para isso. Temos que proteger os princípios constitucionais. É evidente que o processo do mensalão envolve uma causa política, mas essa causa não tem nada a ver com a magistratura", disse o presidente eleito.

Santos Costa também afirma que o responsável não pode ser afastado "por essa ou aquela pressão".

Apesar das críticas logo após sua eleição, o novo presidente afirma que espera uma relação "harmônica" com Barbosa, que comanda o Poder Judiciário no País.

Neste ano, o presidente do STF teve uma discussão tensa em encontro com representantes das associações de juízes, que, segundo ele, agiam de maneira "corporativista".

O magistrado preferiu não opinar sobre a decisão de levar os réus para Brasília e a permanência em uma situação semelhante ao de regime fechado de réus condenados no processo do mensalão ao cumprimento da pena no semiaberto.

Ele afirmou que o caso do mensalão, que teve todo o seu julgamento transmitido ao vivo pela TV, deu visibilidade ao Judiciário e fez com que a população se interessasse mais em debater questões desse poder.

26 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Combate à violência contra a mulher

Sonia Medeiros

Após o brutal assassinato das irmãs Pátria, Mínera e Maria Teresa, conhecidas como "Las Mariposas", grupo de oposição ao regime ditador de Rafael Trujillo, na República Dominicana, em 25 de novembro de 1960, tal data passou a ser de grande importância e repercussão para o recorte de gênero. Em 1981, na cidade de Bogotá na Colômbia, organizações de mulheres de vários países determinaram o reconhecimento dessa data como "Dia Latino-americano da Não Violência Contra a Mulher".

Em 1999, a Assembleia Geral da ONU proclamou essa data como o "Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher". O objetivo era promover uma mudança cultural e comportamental por meio do envolvimento de governos e sociedade civil organizada na sensibilização de todos com vistas à erradicação da violência contra mulheres.

A política de enfrentamento à violência contra a mulher em Londrina é uma referência no País. Nossa cidade foi uma das primeiras a contar com um organismo de políticas para as mulheres.

O início foi em 1993 com a implantação da Coordenadoria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Lei Municipal nº 5.222/92), tendo à frente a lutadora e feminista Elza Correia. Com pouco mais de um ano de existência, a coordenadoria já conquistou o prêmio 1ª Mostra de Experiências Municipais Sobre Defesa da Mulher Contra a Violência, promovida pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e Fundação Ford.

Acompanhando o caminhar da política nacional para mulheres, o órgão foi sendo reformulado até a implementação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (Lei Municipal nº 11.214/2011).

Com a finalidade de fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas às mulheres, a secretaria estruturou muitos serviços que impactaram a vida de muitas mulheres londrinenses e as transformaram, tais como:

instalação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CAM) em situação de violência, Casa Abrigo Canto de Dália (abrigo para mulheres e filhos até 18 anos que sofreram violência doméstica e sexual) e a Casa da Mulher que capacita a mulher para a inclusão social e econômica.

Em Londrina ainda podemos citar que desde 1986 contamos com a Delegacia Especial para a Mulher, com a Vara Criminal Maria da Penha (outubro de 2010), com o Núcleo Jurídico da Universidade Estadual de Londrina Maria da Penha (Projeto Numape) em 2013; Projeto Caminhos

2013 (atendimento ao agressor); apoios das diversas universidades e também da sociedade civil organizada: como da Associação Nós do Poder Rosa, do Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial e Industrial de Londrina, BPW-Londrina, OAB-Comissão da Mulher Advogada, Sincil Comissão da Mulher Corretora e, fundamentalmente, com a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher, que agrega as secretarias de políticas públicas, e que este ano foi marca-

do pela capacitação de todos os envolvidos nessa causa e nessa militância que é a erradicação da violência contra a mulher.

A violência contra a mulher é demanda de todas as políticas sociais, é de todo município, de todo governo, da sociedade organizada e do mundo.

Portanto, nesse momento em que colocamos em pauta o assunto violência contra a mulher e protestamos, nos manifestamos e informamos que há serviços e ações estruturadas, uma rede de atendimento à mulher vítima de violência, que também temos ações de prevenção e garantia de direitos.

Temos consciência de que muito ainda se tem para realizar, pois mudanças estruturais são ações para toda a vida e, nesse processo, a participação efetiva da comunidade, da sociedade civil organizada é de fundamental importância.

SONIA MEDEIROS é secretária de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Londrina

6 *A política de enfrentamento à violência contra a mulher em Londrina é uma referência no País* **9**

26 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça concede mais 15 dias para regularização de plantões

Hospitais das zonas Norte e Sul terão mais tempo para garantir escala mínima de quatro médicos por turno

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – O juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, concedeu ontem mais 15 dias para que o governo do Estado regularize os plantões médicos, com no mínimo dois clínicos gerais, um cirurgião e um pediatra por período de 12 horas, nos Hospitais da Zona Norte (HZN) e da Zona Sul (HZS).

Após uma reunião na sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o governo protocolou o pedido de prorrogação do prazo por mais 25 dias, o que foi negado pelo magistrado. Na semana passada, o juiz havia dado prazo de cinco dias para que o Estado resolvesse a situação da falta de médicos, sob risco de multa diária de R\$ 3 mil. O prazo inicial se encerraria hoje.

"O meu posicionamento é que a prorrogação fosse, no máximo, por mais cinco dias, já que a situação é muito grave e as pessoas não podem ficar

sem médicos", apontou o promotor da Saúde Pública, Paulo Tavares, que protocolou a ação civil pública há três semanas.

O Consórcio do Médio Paranapanema (Cismepar) garantiu que tem cumprido as escalas, mesmo ainda não tendo sido notificado oficialmente sobre a decisão. Apesar da reclamação de pacientes, o diretor executivo do Cismepar, Luis Lino, informou que não houve falta de médicos nos dois hospitais no fim de semana. "Em alguns horários estávamos, inclusive, com mais médicos do que o mínimo. Só faltou pediatra durante o sábado à tarde no HZN, pois a médica foi trabalhar, passou mal e precisou ir embora. No HZS, tivemos a falta de um pediatra em um período do domingo, mas todos os pacientes foram atendidos", ressaltou.

O Cismepar informou que as duas unidades atenderam 450 pacientes no fim de semana. No HZN, 83% dos atendimentos foram de atenção primária e no HZS, o número alcançou

77%. Essa demanda poderia ser absorvida pela rede municipal de saúde.

O secretário municipal, Francisco Eugênio Alves de Souza, frisou que não faltou nenhum médico nas unidades 16 e 24 horas no final de semana. O município estuda estender até as 22 horas o atendimento de algumas UBS estratégicas para desafogar o fluxo nos hospitais.

Tavares solicitou à Autarquia Municipal de Saúde que faça uma auditoria no HZN e HZS para fiscalizar se a decisão judicial obrigando a manutenção de uma escala mínima de médicos será cumprida.

26 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Igreja é condenada a indenizar vítima de pedofilia

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Umuarama - Um padre da paróquia da cidade de São Tomé (Noroeste) e a Diocese de Umuarama foram condenados pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a pagarem indenização a um garoto que sofreu abuso sexual em 2012, quando tinha 14 anos. A indenização arbitrada pelo STJ foi de R\$ 100 mil, sendo que cada um deles deverá pagar R\$ 50 mil "de forma solidária".

A decisão foi tomada em julgamento realizado no dia 19, quando o STJ analisou um recurso da Diocese, que questionou condenação no Tribunal de Justiça do Paraná. O STJ confirmou que aconteceu um "ato ilícito" do padre com "responsabilidade civil" da Igreja. Até o final da tarde de ontem a decisão ainda não havia sido publicada no Diário Oficial.

O advogado da Diocese de Umuarama e do padre, Hugo Sarubbi Cysneiros de Oliveira, argumentou que não houve responsabilidade solidária, uma vez que os atos foram "exclusivamente" praticados pelo padre, que "desenvolve trabalho voluntário e vocacional de ordem religiosa". Ele classificou a decisão do STJ como "fraca, simplista, perigosa e pobre tecnicamente". "A instituição não tem como vigiar

Padre e Diocese de Umuarama terão de pagar R\$ 50 mil cada

a pessoa, que é ré confessa, 24 horas por dia. Ele estava desconectado de suas funções", argumentou.

O TJ entendeu que o fato de o padre cumprir funções e horários na igreja foi "suficiente para configurar a relação de preposição". Para a relatora do caso no STJ, ministra Nancy Andrighi, a subordinação do padre à Igreja ficou "clara". "O primeiro recebia ordens, diretrizes e toda uma gama de funções do segundo, e, portanto, estava sob seu poder de direção e vigilância, mesmo que a ele submetido por mero ato gracioso (voto religioso)." O voto foi acompanhado pelos outros três ministros da Terceira Turma.

Oliveira sustenta que a decisão demonstra um "profundo desconhecimento" sobre as funções dos membros da Igreja Católica. "Um padre é um padre 24 horas por dia, mas suas atribuições não são exercidas o dia inteiro", argumentou. O advogado afirmou que a partir do momento em que ele se fecha em seu quarto passa a agir de maneira privada.

Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e Mestre em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, Edson Martins destacou que "esse problema acontece em todos os segmentos da sociedade e só ganhou mais visibilidade porque envolveu um padre". Declarou ainda que casos como esse desgastam a imagem da Igreja Católica, mas lembrou que a própria instituição está agindo para coibir a pedofilia. Entre as medidas já adotadas estão uma vigilância maior nos seminários vocacionais e uma maior fiscalização dentro da própria Igreja. "Com a repreensão da própria Igreja, os outros que cometem esses atos acabam sendo desestimulados", apontou.

26 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Patrocínios na Sercomtel

A promotora de Justiça Sandra Koch, do Ministério Público (MP) de Londrina, instaurou um inquérito civil para apurar eventuais irregularidades na concessão de patrocínios pela Sercomtel no período de 2011 a 2012. A decisão foi publicada na edição da última sexta-feira do Diário Oficial do Estado. A promotora de Justiça não deu detalhes da investigação.

Período conturbado

O período foi conturbado para a Sercomtel, que em maio de 2012 chegou a ter presidente e diretor acusados de participar de um esquema de pagamento de propina ao então vereador Amauri Cardoso (PSDB), para que o tucano votasse contra a abertura da chamada CP da Centronic, a Comissão Processante que resultou na cassação do mandato de Barbosa Neto (PDT), na época à frente do Executivo.

Escândalo

Investigações apontam que o presidente da telefonia naquele ano, Roberto Coutinho Mendes, teria sacado R\$ 5 mil, em uma agência bancária localizada dentro da própria Sercomtel, para pagar parte da propina ao vereador. O dinheiro teria sido entregue ao então diretor de Participações da empresa, Alysso Tobias de Carvalho, que foi até a Prefeitura de Londrina entregar o dinheiro para Cardoso. Carvalho, inclusive, chegou a ser preso após o pagamento.

Origem do dinheiro

Na época, os promotores de Justiça chegaram a pedir que a Sercomtel enviasse informações sobre todos os patrocínios e doações feitos pela empresa desde janeiro de 2011. O MP trabalhava com a possibilidade de que o dinheiro da propina tivesse saído da telefonia na forma de donativo. A hipótese, no entanto, ainda não foi esclarecida pelo Ministério Público.

Pedido negado

O juiz eleitoral de Ribeirão do Pinhal (Norte Pioneiro) Guilherme Moraes Nieto rejeitou embargos de declaração propostos pelo prefeito Dartagnan Calixto Fraiz (PSD) e sua vice, Nadir Sara Melo Fraga Cunha (PMDB). Eles tiveram os diplomas cassados por abuso de poder econômico, devido a 44 abastecimentos de automóveis na véspera e no dia da eleição do ano passado, totalizando mais de mil litros. Os candidatos declararam ter apenas dois carros utilizados na campanha. A dupla reclamou que o juiz não levou em consideração, ao proferir a sentença de cassação, a devolução de R\$ 3,8 mil pelo proprietário do posto e a não comprovação do gasto de outros R\$ 439. O magistrado, entretanto, considerou que a sentença não foi omissa. "Pelo contrário, a decisão foi proficuamente fundamentada", despachou Nieto. Apesar dos diplomas cassados, prefeito e vice seguem nos cargos até o trânsito em julgado (quando não há mais possibilidade de recursos).

CLAUDIO HUMBERTO

De olho

A bancada estadual de oposição vai entrar com pedido de informações ao TJ da Bahia sobre processo contra a mulher do governador Jaques Wagner, Maria de Mendonça, no Conselho Nacional de Justiça.

26 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Mandado de

segurança tenta anular

licitação da ANP

A 12ª rodada de negociações de petróleo e gás da agência está prevista para acontecer na próxima quinta e sexta-feira

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - A Toxisphera, associação de proteção ao meio ambiente com sede no Paraná, impetrou ontem um mandado de segurança na Justiça Federal do Distrito Federal, pedindo a anulação do 12ª rodada de licitações de petróleo e gás prevista para acontecer na próxima quinta e sexta-feira. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai licitar 240 blocos para a exploração de hidrocarbonetos, o chamado "gás do xisto". No Paraná serão 14 blocos mais localizados na região oeste do Estado e que abrangem 123 municípios.

A ação judicial questiona o risco de se utilizar uma técnica não convencional para extrair o gás conhecida como "fracking" ou fraturamento hidráulico. Através deste sistema são

injetados nos poços de exploração água e produtos químicos. O advogado da Toxisphera, Fabiano Assad Guimarães, disse que o mandado utiliza como fundamentação a falta de segurança ambiental no fracking.

Outro argumento usado na ação é que o fracking utiliza água e mais 600 componentes químicos e isso teria que ser regulado também pela Agência Nacional de Águas (ANA). Segundo ele, a técnica de exploração do gás também fere a Constituição Federal que determina que todos têm direito ao meio ambiente preservado. Além disso, o argumento mais forte é que o fracking pode provocar a contaminação da água, do solo, do ar, da agricultura e da pecuária.

Segundo ele, o edital da licitação é contraditório porque cita que as áreas a serem licitadas são concedidas para

vencer barreiras tecnológicas. De acordo com Guimarães, isso contraria princípios básicos das licitações.

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) junto com outras 11 organizações técnicas e profissionais encaminharam uma carta à Presidência da República pedindo a retirada da técnica de fracking do edital de licitação da ANP.

O assessor técnico-econômico da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Carlos Augusto Albuquerque, acredita que o fracking precisa ser estudado. "Ainda não sabemos se isso vai prejudicar a agricultura e a pecuária do Estado", disse.

A ANP informou, através de nota, que ainda não tomou conhecimento do mandado oficialmente e, quando for notificada, irá tomar as providências necessárias.

26 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente de entidade chama troca de juizes de 'canetaço'

Juizes e OAB condenam troca feita por Barbosa

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a OAB reagiram à substituição do juiz titular da Vara de Execuções Penais do DF, Ademar Vasconcelos, no processo do mensalão. O presidente do STF, Joaquim Barbosa, estava insatisfeito com Vasconcelos, que comandava a execução das penas dos condenados, e teria feito pressão pela troca. O presidente da AMB, João Ricardo dos Santos Costa, disse que a troca foi um "canetaço". A OAB vai enviar ofício ao Conselho Nacional de Justiça. O CNJ é presidido por Joaquim Barbosa.

Recém-eleito na AMB critica substituição na execução penal do mensalão; OAB pede que CNJ analise regularidade

Elder Ogliari / PORTO ALEGRE
Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Entidades representativas de juizes e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reagiram ontem à substituição do juiz titular da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Ademar Vasconcelos, do processo do mensalão. No lugar de Vasconcelos, o juiz Bruno André Silva Ribeiro passou a comandar a execução das penas dos condenados. Relator do processo do mensalão, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, estava insatisfeito com Vasconcelos e teria feito pressão pela troca.

Eleito no sábado para a presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o juiz João Ricardo dos Santos Costa disse que a substituição do juiz da Vara de Execuções Penais do

Distrito Federal "fere o preceito constitucional de juízo natural", pelo qual o juiz não pode ser escolhido para julgar determinado processo ou ser trocado porque alguém não gostou de sua decisão. "Pelo menos na Constituição que eu tenho aqui em casa não diz que o presidente do Supremo pode trocar juiz, em qualquer momento, num canetaço", afirmou.

Costa salientou que sua assessoria ainda busca informações sobre a decisão, o que, em tese, poderia levá-lo até a mudar a análise. Mas observou que, pelas notícias disponíveis, Vasconcelos foi substituído por exercer sua jurisdição e por tomar decisões que lhe cabia tomar e não porque tivesse cometido qualquer irregularidade. Sendo assim, conclui, não haveria motivo para a troca. "A Constituição não prevê isso; pelo menos a que tenho em mãos não", reiterou. "Sendo assim, não podemos abrir exceções." Costa salientou que não falava pela AMB, mas em seu próprio nome, porque ainda não assumiu o novo cargo. A posse está marcada para 17 de dezembro.

'Coronelismo'. A Associação dos Juizes para a Democracia divulgou uma nota forte na qual fala até em "coronelismo judiciário". "Inaceitável a subtração de jurisdição depositada em um magistrado ou a realização de qualquer manobra para que um processo seja julgado por este ou aquele juiz. O povo não aceita mais o coronelismo no Judiciário", afirmou a entidade.

OAB. Ontem, o conselho pleno da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou por aclamação o envio de ofício ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que o órgão verifique a regularidade ou não da substituição de Ademar Vasconcelos pelo juiz substituto. O CNJ é o órgão que

exerce o controle externo do Judiciário. Mas também é presidido por Joaquim Barbosa.

A Ordem afirma que não possui posição sobre o mérito das decisões tomadas na ação penal do mensalão. "Possuímos o compromisso constitucional de verificar o cumprimento do devido processo legal e do princípio do juiz natural", afirma a nota da OAB.

O ESTADO DE S. PAULO Madri deu passaporte usado por Pizzolato

Ministério do Interior italiano afirma que documento usado por foragido é de 2010

Tratado inclui o perdão a presos

♥ O tratado que a Itália tenta ratificar sobre a transferência de presos com o Brasil – e que Brasília rejeita – inclui a autorização para que Roma desse um “perdão” a Henrique Pizzolato.

Um dos artigos do texto, segundo o Ministério da Justiça da Itália, prevê não apenas a transferência de presos, mas também que possam obter do governo um eventual perdão. “Note-se que o artigo 13 do acordo fornece às partes o poder de conceder perdão, anistia ou indulto ao condenado”, declarou, por e-mail, a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça da Itália. /J.C.



Informações. Deputada ítalo-brasileira Renata Bueno recebeu os dados da chancelaria

tam que o ex-diretor do BB teria uma irmã vivendo na Toscana.

Pizzolato foi condenado no mensalão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato. Seu passaporte brasileiro e, ao que tudo indica, outro italiano, foram recolhidos pela Polícia Federal assim que saíram as sentenças, no fim de 2012.

Não há garantias, segundo a deputada, de que o passaporte italiano por ele obtido em Madri em 2010 tenha sido devolvido à Polícia Federal no Brasil. Ele pode, por exemplo, ter devolvido um passaporte antigo.

Trocas. A reconstrução de seus passos indica que Pizzolato fez seu pedido de cidadania italiana em Curitiba. Anos depois, ele mudaria seu endereço perante os italianos para o Rio. E num terceiro momento – já em 2010 – ele alterou de novo essa residência para a Espanha, registrando-se no consulado italiano em Madri.

Informações extraoficiais passadas a Renata Bueno dão conta de que a fuga de Pizzolato foi planejada muito antes e não foi um ato isolado. “Temos informações de que ele está sendo respaldado e patrocinado por um grupo muito forte em sua fuga”, disse a deputada. “Ele tem acesso livre na América do Sul, usando documentos e nomes falsos, com total respaldo.” Esse grupo “está fazendo uma ligação entre Brasil e Itália”. Renata disse que o PT tem “diálogo com o Partido Democrático (que governa a Itália)”, com o qual pode “negociar em qualquer nível”.

Jamil Chade

ENVIADO ESPECIAL / ROMA

Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil condenado a 12 anos de prisão, transferiu residência do Rio para a Espanha em 2010, quando o processo do mensalão ainda aguardava julgamento no STF – e o passaporte italiano com que entrou na Itália, ao fugir do Brasil há cerca de 50 dias, foi tirado naquela mesma época, em Madri.

A informação, levantada pela deputada ítalo-brasileira Renata Bueno, foi confirmada ontem à noite pelo Ministério do Interior italiano. Segundo fontes policiais subordinadas a es-

se ministério, a obtenção do passaporte madrileno seria “um dos primeiros indícios de que a fuga já estava sendo planejada”.

A deputada, eleita para a Câmara dos Deputados na cota que representa italianos que vivem na América do Sul, vem investigando os passos do foragido brasileiro naquele país.

Outro indício sobre o planejamento da fuga por Pizzolato, apontado pela polícia italiana, é que ele teria ido à Europa pelo menos uma vez – quem sabe duas. Outras informações apon-

26 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-mulher e atual namorada 'disputam' fazenda de Valério

Renilda Santiago, ainda casada no papel com o condenado no mensalão, expulsou da propriedade a atual companheira dele

Marcelo Portela
BELO HORIZONTE

A ex-mulher do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, Renilda Santiago, e a atual companheira dele, a estudante baiana Aline de Couto Chaves, de 21 anos, iniciaram uma disputa pela posse da Fazenda Santa Clara, em Caetanópolis, na região central de Minas, que se transformou em caso de polícia.

Segundo a Polícia Militar, Renilda teria retirado as roupas e demais pertences da jovem da propriedade, localizada a cerca de 100 quilômetros de Belo Horizonte e que consta como atual residência de Valério — que cumpre prisão por envolvimento no esquema do mensalão.

Foi da Fazenda Santa Clara que Marcos Valério saiu no último dia 15 para se apresentar na sede da Polícia Federal na capital mineira. Conforme divulgou o jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, na manhã de sábado, Renilda teria ido ao local reivindicar a posse da propriedade.

Relacionamento. Ontem o capitão Wener Pimenta, do 25.º Batalhão da PM, confirmou que, apesar de Aline alegar que vive com Valério há cinco meses na fazenda, Renilda se apresentou como a responsável por gerenciar os bens da família enquanto o empresário está na prisão.

Valério teria iniciado um relacionamento com Aline há aproximadamente um ano, mas não se divorciou de Renilda, que vive em uma confortável casa da família no bairro São Luiz, na região da Pampulha, em Belo Horizonte.



Bens. Renilda alega que é responsável pelo imóvel

Arrendada. A fazenda teria sido arrendada de Benito Porcero Filho mesmo após a Justiça determinar o bloqueio de bens do empresário. “A Renilda apresentou a certidão de casamento com ele (Valério) e disse que não estão legalmente separados”, afirmou Pimenta.

O oficial da PM disse que a ocorrência registrada no sábado não detalha como os objetos de Aline foram retirados da fazenda, mas confirmou que ela aguardou na viatura enquanto Renilda tirava os pertences da jovem da casa e que os policiais que atenderam à ocorrência orientaram a estudante a procurar a Justiça. “Não houve nenhum tipo de agressão”, observou o militar, que não soube informar o local para onde a jovem teria ido após ser expulsa da fazenda. Aline teria firmado um “contrato” com Valério e alegou que estava vivendo na propriedade a pedido do próprio.

Atualmente, o empresário se encontra no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, por determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que ordenou a prisão dele e de mais 11 condenados por participação no mensalão.

26 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STJ: Igreja deve indenizar vítima de padre

Luciano Bottini Filho
Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO
CURITIBA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Igreja também é responsável pela indenização de vítimas de padres pedófilos. Os ministros analisaram um recurso da Mitra Diocesana de Umuarama, no interior do Paraná, que não quer pagar R\$ 100 mil de danos morais a um garoto que sofreu abusos sexuais de um padre, em 2002, quando tinha 14 anos.

O caso, divulgado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foi julgado pela Terceira Turma do STJ no dia 19. O padre José Cipriano da Silva confessou o crime, mas a ação penal continua em andamento desde 2004, já que o réu discute se era incapaz quando violentou a criança. A vítima, hoje com 24 anos, foi abusada na Casa Paroquial de São Tomé, município do norte do Paraná, que integra a diocese.

A condenação de R\$ 100 mil foi dividida pela Justiça paranaense entre a diocese e o padre de forma solidária – ou seja, a igreja paga tudo se o réu não tiver o dinheiro disponível.

A relatora, a ministra Nancy Andrichi, considerou que existe vínculo de subordinação entre o padre e a Mitra Diocesana de Umuarama, que gera a responsabilidade solidária. “Mais do que uma simples relação de subordinação, o ministro ordenado é para os fiéis a própria personificação da Igreja Católica, no qual, em razão do desempenho de tão importante papel, depositam justas expectativas de retidão moral e santidade”, afirmou a magistrada.

O advogado da diocese, Hugo Cysneiros, afirmou que deve recorrer ao STF, caso o pagamento de R\$ 50 mil para cada um (padre e igreja) seja mantido. “A ação dele foi criminosa, mas ele agiu dentro de sua casa, fora do ambiente sacerdotal, ou seja, sua ação não pode ser extrapolada para a pessoa jurídica, que é a igreja”, disse.

Segundo Cysneiros, há casos semelhantes em outros Estados e países em que a Igreja não foi condenada. “Se um ministro fizer alguma coisa fora de seu ambiente ou que não tenha nada relacionado ao trabalho, não podemos condenar o Judiciário, e o mesmo se aplica a esse caso. Tão logo surgiram os primeiros boatos, ele foi excluído das atividades e obrigado a deixar a Igreja”, afirmou. O advogado do rapaz abusado na época, Arlindo Vieira, foi contatado, mas não respondeu às ligações.

● Subordinado

“De sorte que o primeiro recebia ordens, diretrizes e toda uma gama de funções do segundo e, portanto, estava sob seu poder de direção e vigilância, mesmo que a ele submetido por mero ato gracioso (voto religioso).”

Nancy Andrichi

MINISTRA DO STJ E RELATORA DO CASO, SOBRE A SUBORDINAÇÃO DO PADRE À IGREJA

26 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça acata pedido de recuperação da OSX

Processo da empresa de construção naval será vinculado ao da petroleira OGX

Antonio Pita / RIO

A Justiça do Rio aceitou ontem o pedido de recuperação judicial da OSX e suas subsidiárias brasileiras. Com dívidas reconhecidas de R\$ 4,5 bilhões, a empresa de construção naval é a segunda do grupo EBX a ter acatado seu pedido de recuperação judicial.

O processo será avaliado pelo mesmo juiz responsável pela recuperação da OGX, petroleira que se tornou o epicentro da crise financeira que fez ruir o império de Eike Batista. Juntas, as empresas somam R\$ 15 bilhões em dívidas.

Com a decisão, ficam congeladas as dívidas. Também foram suspensos os processos de execução movidos por credores – atualmente, há quatro contestações na justiça do Rio. Uma das ações, movida pela World Fuel Services, chegou a pedir o arresto de uma das plataformas da OSX como garantia para o pagamento das dívidas de R\$ 19 milhões relacionadas ao fornecimento de combustíveis marítimos. O processo corre em segredo na Justiça.

O pedido de recuperação da OSX, entregue no último dia 11, já previa o julgamento separado da recuperação judicial de suas subsidiárias internacionais. As plataformas OSX-1, OSX-2 e OSX-3 são empresas independentes com sede na Holanda.

Com a estratégia, elas não podem ser usadas como garantias nos processos de execução de dívidas e recuperação judicial.

Segundo a decisão judicial, a empresa terá seis meses para apresentar um plano de recuperação próprio, ainda que seja “idêntico ou interdependente” ao programa da OGX.

Em sua decisão, o juiz Gilberto Clovis Farias Matos, da 4a. Vara Empresarial do Rio de Janeiro, determinou que os pedidos sejam avaliados separadamente pelos credores e com “absoluto respeito à autonomia patrimonial de cada sociedade”.

Já escolhida como administradora judicial da petroleira de Eike, a consultoria Deloitte também vai assumir a administração no processo da OSX. A empresa deve apresentar hoje um orçamento de honorários.

A recuperação conjunta com a OGX foi acatada pela proximidade entre as dívidas das empresas – a OSX é a principal credora da empresa irmã, com contratos de R\$ 1,7 bilhão para aluguel e construção de plataformas.

Ressalvas. Na última semana, a petroleira teve seu pedido de recuperação aceito com ressalvas. A Justiça não aceitou a solicitação de que fossem incluídos no plano as subsidiárias localizadas na Áustria e na Holanda.

Outras 370 empresas integram a lista de credores da em-

presa. As duas principais dívidas são de R\$ 2 bilhões, referentes a garantias dadas a diversos bancos pelos empréstimos obtidos no exterior para a construção de plataformas.

Fornecedores e prestadores de serviços também aparecem na lista de credores, como as empresas de engenharia Acciona e Techint, responsáveis pela construção da Unidade de Construção Naval (UCN) Açú, em São João da Barra.

Também figuram como credores, a Caixa, com dívidas de R\$ 467 milhões, e o BNDES, com títulos no valor de R\$ 548 milhões referentes a um empréstimo-ponte firmado em 2011. Na última semana, entretanto, o BNDES executou a dívida, escapando do congelamento determinado pela Justiça.

Os valores foram pagos pelo banco Votorantim, fiador do empréstimo.

● Nova administração

As recuperações de OSX e OGX serão administradas pela mesma consultoria: a Deloitte. A empresa vai apresentar hoje um orçamento de honorários.

26 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça do Trabalho cobra R\$ 19 milhões da Vale por falha de segurança no MA

Um tribunal da Justiça do Trabalho determinou que a Vale pague R\$ 18,9 milhões em indenizações por ter ignorado normas ambientais e de segurança do trabalho que teriam evitado as mortes de cinco trabalhadores da empresa no Maranhão.

A Vale opera no Maranhão uma ferrovia e o maior porto exportador de minério de ferro do Brasil. Três funcionários da empresa e dois prestadores de serviços morreram no local nos últimos anos, disseram os procuradores públicos envolvidos no caso.

Além das indenizações, a Vale poderá ter de pagar multas diárias de até R\$ 20 milhões se não cumprir 31 medidas corretivas exigidas pelo tribunal. A Vale não comentou a decisão.

26 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» FUNREJUS

TJe Assembleia tentam acordo sobre reajuste de taxa

Euclides Lucas Garcia

Os presidentes da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), e do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), desembargador Guilherme Luiz Gomes, se reuniram ontem para discutir o projeto que aumenta em 50% a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). A expectativa é que um acordo a respeito da redução do percentual saia até sexta-feira, para que a proposta vá à votação em plenário na semana que vem. O projeto do TJ prevê aumento dos atuais 0,2% para 0,3% na taxa do Funrejus, que incide em praticamente todos os serviços ofertados nos cartórios extrajudiciais. Ao comprar um imóvel no valor de R\$ 100 mil, por exemplo, o contribuinte vai pagar R\$ 300 — em vez dos R\$ 200 cobrados hoje. Depois de segurar a votação do projeto por quase um ano, Rossoni anunciou que levará a matéria a plenário desde que o percentual seja reduzido. “A definição é do Judiciário. Vamos aguardar”, disse o tucano. Sem dar mais detalhes, Rossoni afirmou que também seria possível buscar outros meios de garantir recursos ao fundo sem mexer na alíquota atual. “Esperamos chegar a um acordo para obtermos recursos para o tribunal e atender o interesse da população paranaense”, afirmou o presidente do TJ.

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

STJ julga hoje recurso para destravar júri de Carli Filho

Angieli Maros

26 NOV 2013

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga hoje o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de matar dois jovens em um acidente de carro ocorrido no dia 7 de maio de 2009, em Curitiba. O pedido diz respeito à relatoria do caso, que já esteve em mãos de dois juizes diferentes. O argumento da defesa é de que o processo siga sendo analisado pelo desembargador Telmo Cherem, que realizou as primeiras deliberações do processo. No entanto, um dos recursos apresentados — a possibilidade da inclusão do teste de alcoolemia do ex-deputado no rol de provas do caso — foi distribuído ao juiz substituto Naor Macedo. Neste ponto, a defesa alega que a distribuição a um relator “diferente” poderia acarretar na nulidade do julgamento.

Segundo Elias Mattar Assad, assistente da acusação, a decisão do STJ não vai interferir no fundamento da ação, mas apenas desobstruir a pauta, que ficou suspensa até a decisão sobre a relatoria. “Para nós da defesa é indiferente quem vai julgar o processo. O benefício é que vai deixar de ter vigor a suspensão do trâmite do processo e o Tribunal de Justiça do Paraná poderá marcar novo julgamento”, declarou.

Assad explicou ainda que a retomada do processo pode levar o julgamento do caso para abril ou maio de 2014. A advogada de defesa do ex-deputado, Gabriela Benfica, não foi encontrada para comentar o caso.

GAZETA DO POVO

Presidente eleito da AMB e a OAB criticam Joaquim Barbosa

BRASÍLIA E PORTO ALEGRE
Das agências

Eleito no fim de semana para a presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o desembargador gaúcho João Ricardo dos Santos Costa criticou ontem a substituição do juiz da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal responsável pela execução das penas dos condenados no processo do mensalão — mudança que teria ocorrido por pressão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Mais tarde, engrossaram o coro contra a troca a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Juizes para a Democracia.

A substituição do juiz Ademar de Vasconcelos por André Silva Ribeiro teria sido feita por pressão de Barbosa. O presidente do STF estaria insatisfeito com o trabalho de Vasconcelos.

“A Constituição não prevê isso [a troca de juizes] — pelo menos a que tenho em mãos, não. Sendo assim, não podemos abrir exceções.”

João Ricardo dos Santos Costa, presidente eleito da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), criticando a mudança do juiz responsável pela execução das penas dos mensaleiros.

Ribeiro é considerado mais “duro” com condenados.

Mas, para o novo presidente da AMB, a mudança “fere o preceito constitucional de juízo natural”, pelo qual o juiz não pode ser escolhido para julgar determinado processo ou ser trocado porque alguém não gostou da decisão dele. Costa destacou que não falava em nome da AMB porque ainda não tomou posse no cargo.

Coronelismo

Já a OAB aprovou o envio de ofício ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que verifique a regularidade ou não da substituição de Ademar Vasconcelos. E a Associação dos Juizes para a Democracia divulgou nota classificando a mudança de “coronelismo judiciário”.

A pressão surtiu efeito e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal procurou negar a interferência de Barbosa. Divulgou nota na qual informa que o presidente do STF não definiu qual juiz da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal deveria cuidar da pena dos condenados no mensalão. Por essa razão, segundo a nota, não há que se falar em substituição do juiz responsável.

PRESOS

Dirceu quer trabalhar em hotel; Genoino estuda pedir indulto de Natal

SÃO PAULO E BRASÍLIA
Agência Estado

Se a Justiça autorizar, José Dirceu vai trabalhar como gerente administrativo do Saint Peter Hotel, um quatro-estrelas de Brasília. Em petição ao presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, a defesa de Dirceu comunica que o ex-ministro do governo Lula, que depois se tornou um consultor empresarial “possui proposta concreta de trabalho junto ao St. Peter”.

Condenado a 10 anos e 10 meses de prisão, como suposto mentor do mensalão, o ex-ministro encontra-se, desde a semana passada, em regime semiaberto — parte relativa à condenação de 7 anos e 11 meses por corrupção ativa.

Já os advogados dos ex-presidentes do PT José Genoino e do PTB Roberto Jefferson estudam pedir à Justiça um indulto a seus clientes. O benefício costuma ser dado, por exemplo, a quem tem doença grave. Genoino tem problemas cardíacos e Jefferson se recupera de câncer no pâncreas.

834

é o número de ações ou Inquéritos contra políticos que tramitam no STF. Em 36% dos casos existem indícios fortes de crimes como lavagem de dinheiro, desvio de recursos, falsidade ideológica e até homicídio. Desde a Constituição de 1988, quando passou a ser foro privilegiado de autoridades, o STF pôs na cadeia, porém, apenas dois deputados com mandato: Natan Donadon e José Genoino.



AE

26 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Auxílio para promotores

A polêmica do auxílio-moradia para promotores de Justiça pode causar um levante deles contra o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. O assunto deve ser pauta principal da próxima eleição para o cargo, no começo do ano que vem. Nos bastidores do Ministério Público do Paraná, vários promotores prometem pressionar Giacoia, caso o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná aprove o projeto de auxílio-moradia para juízes. O benefício também precisa entrar na pauta no Conselho Superior do MP para ser aprovado.

Justiça eleitoral

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná elegeram ontem novos membros do TRE. O escolhido à função de 2º membro efetivo foi o desembargador Jucimar Novochadlo. Foram eleitos também o juiz Humberto Gonçalves Brito (substituto), e Paulo Afonso da Motta Ribeiro (incluído na lista triplíce de advogados):

PLANOS

Ministro quer adiar julgamento das perdas para 2014

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello defendeu ontem que a análise das ações que tratam de perdas nas cadernetas de poupança durante os planos econômicos dos anos 1980 e 1990 fique para 2014. O julgamento está marcado para hoje, mas, na opinião do ministro, o ideal seria evitar uma possível interrupção da análise do caso no recesso de fim de ano e deixar a apreciação do assunto para a primeira sessão do tribunal em 2014. "Não é questão para ser julgada ao término do ano Judiciário. Devemos ouvir os que farão a sustentação da tribuna, os relatores e julgar de forma continuada", disse. O gabinete do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, afirmou que o julgamento está mantido na pauta de amanhã.

R\$ 150
BILHÕES

deve ser o valor das perdas dos bancos caso o STF decida em favor dos poupadores, segundo o BC. O valor representa um quarto do capital das instituições financeiras.

26 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Gratificações do MP serão incorporadas ao salário

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em segunda discussão, projeto do Ministério Público Estadual (MP) que prevê que duas gratificações sejam incorporadas ao salário dos servidores efetivos da instituição. A medida custará R\$ 6,2 milhões aos cofres públicos por ano. Pela proposta, serão incorporados ao vencimento básico dos servidores R\$ 100 pagos como gratificação de assiduidade e o percentual de 90% previsto como gratificação de produtivi-

dade. O adicional de assiduidade vale para quem tenha no máximo três faltas no mês, justificadas com atestado médico. Já o de produtividade depende do desempenho individual do funcionário e do setor onde ele trabalha. Na prática, a medida fará com que as gratificações passem a contar na contribuição previdenciária de cada servidor. Na justificativa do projeto, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, afirma que a proposta vai garantir isonomia constitucional aos servidores da instituição, pois a incorporação já foi concedida aos servidores do Executivo e do Judiciário do Paraná. Ele diz ainda que é preciso estender o benefício aos inativos e pensionistas, conforme prevê a Constituição. (ELG)

IMPÉRIO X

Justiça acata pedido de recuperação da OSX

A Justiça do Rio deferiu o pedido de recuperação judicial da OSX, empresa de construção naval de Eike Batista. O pedido foi apresentado a 4ª Vara Empresarial do Rio no último dia 11. Na decisão, o juiz Gilberto Clovis Farias Matos acatou o pedido de vinculação à recuperação judicial da OGX em função da "posição creditícia extremamente relevan-

te" entre as duas empresas irmãs fruto de contratos de locação e construção de plataformas de exploração de petróleo. O juiz determinou que a empresa apresente em seis meses um plano de recuperação judicial, independente da OGX. Até lá, a dívida de mais de R\$ 4,5 bilhões fica congelada. Matos afirmou que os pedidos da OSX e da OGX devem ser avaliados separadamente pelos credores. A administradora judicial indicada foi a mesma da OGX, a Delloitê.

MESA-REDONDA

"Assédio Moral e Bullying"

- DATA: 27 de novembro (amanhã, às 19 h).
- LOCAL: sede do CRP-PR – Av. São José, 699 – Cristo Rei.
- INFORMAÇÕES: (41) 3013-5766.

➤ FRAUDE EM SP

Promotor deve pedir quebra de sigilo de incorporadoras

O promotor de Justiça Roberto Bodini, que lidera as investigações sobre a quadrilha do Imposto Sobre Serviços (ISS) em São Paulo, disse ontem que deve pedir a quebra de sigilo fiscal das incorporadoras BKO, Trisul, Tecnisa e Tarjabe e auxílio da Receita Federal para investigá-las. Essas empresas foram apontadas como beneficiárias do esquema de pagamento de propina para obtenção de desconto no ISS na capital paulista, que causou um prejuízo estimado em R\$ 500 milhões nos cofres municipais. As quebras serão pedidas caso as incorporadoras não cooperem com as investigações sobre a quadrilha. A Brookfield, que já foi ouvida, confirmou o pagamento de R\$ 4,1 milhões entre 2008 e 2012. Já o fiscal Luís Alexandre Cardoso Magalhães, integrante da quadrilha que assinou o acordo de delegação premiada, disse em depoimento que as empresas pagavam porque queriam. Bodini deve ouvir as empresas a partir da quinta-feira.

26 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» VOTAÇÃO RELÂMPAGO

Assembleia afrouxa lei que dificultava a existência de servidores fantasmas

Legislação obrigava funcionários da Casa que não batem ponto a apresentar relatório de suas atividades. Agora eles não precisam mais prestar contas

Euclides Lucas Garcia

Três anos depois do escândalo dos Diários Secretos, a Assembleia Legislativa do Paraná afrouxou ontem uma lei que ela mesma criou para coibir a existência de funcionários fantasmas. Pelo projeto de autoria dos deputados Valdir Rossoni (PSDB) e Plauto Miró (DEM), respectivamente presidente e primeiro-secretário da Casa, os assessores parlamentares dos gabinetes não terão mais de apresentar relatório mensal das suas atividades. Além disso, passará a ficar liberada a contratação de donos ou gerentes de empresas como funcionários comissionados.

Apresentado na última quarta-feira, o projeto foi aprovado ontem, por unanimidade, em três votações relâmpagos. Hoje, a proposta passa pela redação final — uma votação apenas de praxe.

Sancionada em 2010, a Lei 16.522 regulamenta a função

do “agente político” dos deputados. Na época, a proposta foi aprovada como uma resposta para “moralizar” o Legislativo, após denúncias sobre a existência de assessores que não trabalhavam ou que atuavam como cabos eleitorais dos parlamentares em suas bases políticas.

Pela lei, esses funcionários podem representar a Assembleia em eventos, levantar informações nas comunidades locais para auxiliar e realizar reuniões com lideranças comunitárias. Como não são obrigados a bater cartão-ponto, os agentes políticos precisavam apresentar relatórios mensais de suas atividades “em formulário disponível do Portal da Transparência” da Assembleia — mas o documento não está disponível na internet.

Nas últimas semanas, porém, alguns deputados começaram a ser notificados pelo Ministério Público (MP) a respeito desses relatórios. Apesar de o MP não confirmar a informação, parlamentares comentavam o caso entre si e admitiam preocupação. Segundo eles, parte dos funcionários nunca preencheu o formulário. A saída encontrada, então, foi dispensar a exigência do relatório. A medida “beneficia” mais de mil funcionários lotados nos 54 gabinetes parlamentares.

Além disso, o novo texto da lei permite que sócio, diretor ou pessoa com poder de gestão em empresas privadas sejam contratados como assessores. Em 2010, a série de reportagens Diários Secretos mostrou vários casos de servidores da Assembleia que foram localizadas trabalhando fora do Legislativo em empresas particulares.

“É uma forma de deixarmos a Casa ainda mais transparente”, justificou Rossoni. Segundo ele, a responsabilidade a respeito da atuação de cada assessor deve ser do próprio parlamentar que o contratou. “Queremos que o servidor faça o seu relatório, encaminhe para o deputado, e o deputado coloque no portal. Aí há responsabilidade”, afirmou. “Senão, o servidor, de repente, pode alterar datas ou lugares em que esteve trabalhando, que depois não conferem com a realidade.”

CONTINUA

26 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PLACAR

Veja como votou cada deputado (1ª votação):

A favor

Adelino Ribeiro (PSL), Ademir Bier (PMDB), Alceu Maron (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Jr. (PMDB), Belinati (PP), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Enio Verri (PT), Evandro Jr. (PSDB), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Martin (PMDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Roberto Aciolli (PV), Stephanes Jr. (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Teruo Kato (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB).

Não votaram

Ademar Traiano (PSDB), André Bueno (PDT), Caíto Quintana (PMDB), Cleiton Kielse (PMDB), Fernando Scanavaca (PDT), Hermas Jr. (PSB), Luiz Carlos Martins (PSD), Mara Lima (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB) e Rose Litro (PSDB).

Obs.: Valdir Rossoni (PSDB), como presidente, só vota em caso de empate.

26 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» ABUSO SEXUAL

Igreja é condenada a indenizar vítima de pedofilia

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Igreja Católica também é responsável pela indenização de vítimas de padres pedófilos. Os ministros analisaram um recurso da Mitra Diocesana de Umuarama, no interior do Paraná, que não quer pagar R\$ 100 mil de danos morais a um garoto que sofreu abusos sexuais de um padre, em 2002, quando tinha 14 anos.

O caso, divulgado ontem, foi julgado pela Terceira Turma do STJ no último dia 19. O padre José Cipriano da Silva confessou o crime, mas a ação penal continua em andamento desde 2004, uma vez que o réu discute se era incapaz quando violentou a criança. A vítima, hoje com 24 anos, foi abusada na Casa Paroquial de São Tomé, do Norte do Paraná, que integra a Diocese.

A condenação de R\$ 100 mil foi dividida pela Justiça paranaense entre a Diocese e o padre de forma solidária — a Igreja paga tudo se o réu não tiver o dinheiro disponível. A relatora, a ministra Nancy Adrighi, considerou que existe vínculo de subordinação entre o padre e a Mitra Diocesana de Umuarama, que causa a responsabilidade solidária. “Mais do que uma simples relação de subordinação, o ministro ordenado é para os fiéis a própria personificação da Igreja Católica, no qual, em razão do desempenho de tão importante papel, depositam justas expectativas de retidão moral e santidade”, afirmou a magistrada.

O advogado da Diocese, Hugo Cysneiros, afirmou que vai recorrer da decisão. “A ação dele foi criminosa, mas ele agiu dentro de sua casa, fora do ambiente sacerdotal, ou seja, sua ação não pode ser extrapolada para a pessoa jurídica, que é a igreja”, disse.

26 NOV 2013

BEMPARANÁ

**KARLOS
KOHLBACH**

Comissão para debater Funrejus

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, se reuniram ontem pela manhã na sede do legislativo paranaense para tratar do projeto do Judiciário que reajusta em 50% o Funrejus. De prático, a reunião resultou na formação de um grupo composto por deputados que vai tratar do assunto com representantes do Tribunal. A intenção é chegar num acordo sobre o índice de aumento do fundo, considerado elevado por Rossoni. A expectativa é que o novo percentual seja definido nesta semana para que o projeto seja apreciado em plenário antes do recesso da Assembleia.

26 NOV 2013

BEMPARANÁ

O temor de Requião

O senador Roberto Requião (PMDB) está receoso quanto ao desfecho de dois processos criminais que ele responde na Justiça. Ambos têm a mesma motivação: as ofensas proferidas pelo peemedebista durante a gestão como governador do Estado. Um processo foi movido pelo atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o outro pelo deputado estadual Pastor Edson Praczik (PRB). O temor é quanto uma possível condenação que implicaria na aplicação da Lei da Ficha Limpa, podendo deixar Requião inelegível.

MP e a Assembleia

O Ministério Público do Paraná instaurou no último dia 19 um procedimento para investigar possíveis irregularidades em dezenas de aposentadorias que foram concedidas pela Assembleia Legislativa do Paraná. Os promotores receberam cópia de uma auditoria feita pela empresa Paraná Consultoria Empresarial Ltda, que fez um pente-fino nos atos da Casa que concederam o benefício.

Gratificações

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda e terceira discussões, projeto do Ministério Público que prevê a incorporação aos salários dos servidores efetivos do órgão, as gratificações atualmente pagas a título de assiduidade e produtividade. No caso da gratificação de assiduidade, ela é de R\$ 100 mensais. Já o de produtividade representa um acréscimo de 90% sobre o salário base dos funcionários do MPE. O impacto financeiro é de R\$ 478 mil mensais, ou R\$ 5,7 milhões ao ano. No projeto, o MPE alega que essa incorporação já foi feita para os servidores do Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas. A proposta também beneficia os servidores inativos do Ministério Público.

26 NOV 2013

BEMPARANÁ

Contra a mulher

Vigília pede fim da violência

Diversas igrejas atenderam ao pedido da Secretaria Municipal da Mulher de Curitiba para aderir à mobilização dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Elas irão promover ações de conscientização para a garantia dos direitos, formalização de denúncias e orientação sobre os serviços públicos existentes para atendimento às mulheres em situação de violência na cidade.

Ontem, 14 instituições de diversas denominações religiosas promoveram, em parceria com a Secretaria da Mulher, sob organização da Primeira Igreja Batista de Curitiba (PIB), uma "Vigília de Oração" nas escadarias do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Praça Santos Andrade, das 17h30 às 20h30.

Hoje, mil laços brancos estarão sendo distribuídos em nove Armazéns da Família. Os laços simbolizam os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da violência Contra a mulher.

26 NOV 2013

BEMPARANÁ

TIM é condenada por controle de banheiro

Empresa de telefonia terá que pagar R\$ 5 milhões a uma ex-funcionária.

Não é a primeira vez .

A empresa Tim Celular S/A foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar uma indenização de R\$ 5 milhões a uma ex-funcionária que tinha horários de banheiro controlados, era avaliada diante dos colegas e sofria ameaça de mudança de horário, para pior, caso faltasse ao serviço.

A sentença é do juiz Felipe Augusto de Magalhães Calvet, da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba, da qual cabe recurso.

O valor da indenização foi aumentado significativamente em relação a sentenças envolvendo situações semelhantes por que, diante de "valores ínfimos", a empresa não vinha manifestando "qualquer interesse em ajustar o ambiente de trabalho, sendo mais barato pagar eventuais ações trabalhistas do pequeno número de empregados que reclamarem judicialmente".

O magistrado citou outras sete decisões judiciais contra a TIM Celular S/A no Paraná, pela mesma prática de controle do horário de banheiros, que tiveram indenizações variando entre mil e dez mil reais. "Os valores arbitrados não estão cumprindo a finalidade do caráter pedagógico em relação à reclamada, porquan-

to esta continua a praticar o ilícito diante das indenizações irrisórias a que foi condenada a pagar, sem tomar qualquer iniciativa para melhorar o ambiente de trabalho e as condições laborais de seus empregados", disse o magistrado. "Entende-se que deve ser imposta à ré uma condenação de valores mais significativos, de modo a desencorajá-la a manter a prática de restringir o uso do banheiro pelos funcionários, conduta esta que vai de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana consagrado pela Constituição da República no seu art. 1º, II.", acrescentou o juiz.

A sentença cita entendimento do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, segundo o qual "o pagamento não é apenas uma compensação, constituindo-se também em sanção ou castigo ao ofensor, atribuindo-lhe um nítido caráter punitivo, destinado a inibir ou desencorajar pelo efeito intimidativo do valor econômico, a reincidência na ofensa a bens da personalidade objeto da tutela jurídica". (DALAZEN, João Oreste apud SIMM, Zeno. *Acosso Psíquico no Ambiente de Trabalho*. ob. cit., p. 227).

"Entende-se que deve ser imposta à ré uma condenação de valores mais significativos, de modo a desencorajá-la a manter a prática de restringir o uso do banheiro pelos funcionários, conduta esta que vai de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana consagrado pela Constituição da República no seu art. 1º, II.",

do juiz Felipe Augusto de Magalhães Calvet, da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba

RÁPIDA

Por e-mail

Uma testemunha no processo confirmou que a ida ao toailete era considerada pelo sistema como "pausa descanso" e que, fora dessas pausas, era necessário mandar um e-mail para o supervisor solicitando autorização para ir ao banheiro, o que nem sempre era possível, a depender da fila de espera de atendimento de clientes. A testemunha relatou, ainda, que as avaliações de desempenho eram feitas publicamente, que a ex-colega sofreu ameaça de mudança de horário, para pior, caso faltasse ao trabalho (mesmo com apresentação de atestado médico), e que sofria pressões e ameaças pelo não cumprimento de metas.

26 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo
Murá

JUIZ FURLAN PREFACIA FICÇÃO SOBRE TESTES COM ANIMAIS



Anderson Furlan, juiz federal

O autor Ricardo Laurino realiza bate-papo e sessão de autógrafos do livro "O Último Teste" durante a IV Mostra Internacional de Cinema Pelos Animais, que acontecerá em Curitiba, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. As sessões de autógrafos acontecem no dia 30, às 19h30, e no dia 1º, às 16h15.

Bastante discutido depois da invasão ao Instituto Royal para libertação dos beagles usados para testes, o tema aparece na obra em forma de ficção.

Em uma trama acelerada, dois grandes amigos envolvem-se em uma verdadeira guerra contemporâ-

nea. De um lado, a comunidade científica que defende a realização de testes em animais; do outro, ativistas que estão dispostos a tudo para se fazerem ouvir.

JUIZ FURLAN (2)

O prefácio é assinado pelo juiz federal Anderson Furlan, que descreve a obra como "uma instigante trama, com personagens bem delineadas e um enredo eletrizante". Quem também opina sobre "O Último Teste" é a advogada e doutora em meio ambiente Danielle Tetü Rodrigues, que contribui com o texto da orelha do livro.

A propósito: Furlan será um dos personagens de meu livro "Vozes do Paraná 6", a ser lançado em 2014. A coleção contém perfis e dados biográficos de paranaenses que vêm escrevendo a história do Paraná dos nossos dias.

Nos meios judiciários brasileiros – e paranaenses, de modo especial – Furlan tornou-se amplamente reconhecido como um dos líderes do movimento pela criação do Tribunal Regional Federal com sede em Curitiba, cuja implantação – infelizmente – será ainda uma nova batalha a ser vencida. O juiz é reconhecido e acatado por obras jurídicas de que autor, todas versando sobre sua especialidade, Direito Tributário.

Furlan é juiz em Maringá e presidiu a Associação dos Juizes Federais do Brasil, Seção do Paraná.

26 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo
Murá

STJ CONDENA COLÉGIO POR ATOS SEXUAIS DE TERCEIRIZADO

Em decisão unânime, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou em dez vezes o valor da indenização que um colégio do Rio de Janeiro foi condenado a pagar a aluna que mantinha relações sexuais com um prestador de serviço da escola.

A adolescente, de 12 anos, e o prestador de serviço mantinham encontros frequentes, por mais de um ano, sempre em horário escolar. As relações sexuais aconteciam dentro do estabelecimento de ensino e foram descobertas pelos pais da menina. Os pais decidiram mover ação por danos materiais e morais, decorrentes da negligência do colégio em vigiar adequadamente seus alunos e funcionários.

STJ CONDENA COLÉGIO (2)

A sentença, confirmada em acórdão de apelação, julgou parcialmente procedente o pedido e condenou a instituição ao pagamento de R\$ 20 mil, a título de compensação pelos danos morais.

DIREITO DE PERSONALIDADE

A escola e a menor, representada pelos pais, recorreram ao STJ. A relatora, ministra Nancy Andriahi, não só reconheceu a negligência da instituição, mas também que o valor da indenização arbitrado não se mostrou condizente com a gravidade da situação e o princípio da razoabilidade.

“Os episódios narrados certamente marcarão

a vida da aluna e de sua família por toda a vida, violando de maneira indelével o seu direito de personalidade. À vista de todo o exposto, sopesadas as especificidades reveladas nos autos, reputo adequado fixar o valor da compensação pelos danos morais em R\$ 200 mil, concluiu a relatora.

O número deste processo não é divulgado em razão de segredo judicial”.

Ministra Nancy Andriahi, do STJ.



Ministra do STJ Fátima Nancy Andriahi.

STJ CONFIRMA BLOQUEIOS ANTES DE CITAÇÃO JUDICIAL

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso especial do Banco Bradesco para admitir, antes da citação, o bloqueio eletrônico de valores em nome de devedores que não foram localizados.

No caso analisado pela Terceira Turma, o Bradesco

moveu ação executória de título extrajudicial contra uma microempresa de materiais elétricos e hidráulicos. Contudo, os devedores não foram localizados pelo oficial de Justiça para a citação. Diante disso, a instituição financeira pediu em juízo a realização de arresto on-line, por meio do Bacen-Jud.

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO PROCURA-SE O processo

Acusado de estupro é **solto** após passar quase **três anos** preso aguardando julgamento; **documentos** da ação **sumiram** do fórum

LAURA CAPRIGLIONE
DE SÃO PAULO

O técnico em refrigeração Maurício (o nome é fictício), 49, passou dois anos, oito meses e 11 dias preso no Centro de Detenção Provisória 2 de Pinheiros, zona oeste de São Paulo. A acusação contra ele é grave: estupro contra uma enteada — tipificado como crime hediondo, passível de 8 a 12 anos de reclusão.

Na semana passada, a Justiça de São Paulo soltou Maurício. Mas não porque se tenha provado sua inocência. Tampouco porque ele tenha cumprido pena.

A libertação ocorreu por uma incrível trapalhada daqueles que deveriam aplicar a lei para proteger a sociedade.

Nas palavras da coordenadora do arquivo do Fórum Criminal da Barra Funda, “após várias buscas nas dependências do cartório, não se logrou êxito em encontrar” o processo contra Maurício. Sumiu, evaporou, desapareceu.

Como ninguém pode ficar preso sem processo, o jeito foi soltar o homem.

DESESPERADOS

O acusado jura inocência. A **Folha** encontrou-o no dia seguinte ao da libertação, na igreja de São Judas Tadeu, vizinha à casa do irmão, zona sul de São Paulo. São Judas, diga-se, é o patrono causas

perdidas e desesperadas. “Esqueceram de mim naquele inferno”, disse, chorando.

Ele pediu que sua identidade fosse mantida em segredo.

Segundo o juiz Rodrigo Capez, assessor da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), “admite-se a prisão provisória (antes da sentença) por um prazo máximo de seis meses. Quando as testemunhas ou vítimas precisem ser ouvidas em outros Estados, admite-se prazo de um ano.”

A prisão provisória de Maurício foi de três a seis vezes mais extensa. A desembargadora que determinou a libertação, Rachid Vaz de Almeida, admitiu o “excesso de prazo na formação de culpa”.

“Eu pedia todo dia para Deus me matar. Até uma cova seria melhor do que aquilo”, lembrou Maurício.

“A comida vinha azeda, nem cachorro come; apertavam-se 34 pessoas em uma cela para oito pessoas; dormi no chão todos os dias; o banho podia durar o máximo de um minuto; vivi sem meu nome; eu era um número (da matrícula)”. E havia a opressão dos demais presos — o estuprador é considerado “verme” na cadeia.

SEM PROGRESSÃO

A peculiaridade dos Centros de Detenção Provisória (que os internos chamam de Centro de

Depósito de Presos) é que neles vivem homens ainda sem condenação. O que deveria ser uma vantagem, na prática, transforma-se em prejuízo.

Os detentos provisórios não podem trabalhar para descontar dias de prisão, não têm direito a progressão de pena (quando se consegue o direito a, por exemplo, um regime semiaberto).

Ninguém sabe explicar como o processo desapareceu. No dia 6 de março do ano passado, aparece nos registros, que a pasta com o caso de Maurício foi enviada ao Ministério Público. Foi a última vez que se ouviu falar dela.

O acusado pedia informações do andamento do processo. O advogado contratado pela família dizia que o caso já tinha “subido”: estaria aguardando decisão no STF (Supremo Tribunal Federal).

Mas era mentira. No site do Tribunal de Justiça de São Paulo, o caso estava parado.

Ao todo, São Paulo tem 20 milhões de processos físicos (isto é, não digitalizados). Segundo Capez, a pasta com capa de cartolina que continha o processo de Maurício pode ter sido colocada por engano em uma caixa de arquivo.

CONTINUA

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

BURACO NEGRO

Neste caso, seria como se os laudos do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal, além da transcrição dos depoimentos das testemunhas e os documentos juntados ao processo, fosse, tudo junto, sugado por um buraco negro. Impossível achar.

O advogado de Maurício teria de exigir o andamento do processo. Ou a família. Ou o juiz corregedor do presídio. Mas, segundo Capez, “houve um blecaute de providências”.

No meio do “blecaute”, Maurício estaria no CDP até agora, se não tivesse topado com a advogada Priscila Pamela dos Santos, voluntária do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).

Ela ministrava aulas de educação para a cidadania a uma turma de 24 presos, Maurício entre eles.

Priscila descobriu o desaparecimento do processo e pediu a libertação, que foi afinal concedida no dia 19.

O processo, agora, terá de ser “restaurado”. Remontado para que possa, enfim, resultar em uma sentença.

Segundo Capez, essa restauração demorará pelo menos um mês para ser feita. Pode ser mais.

Maurício tenta retomar a vida normal. O irmão, corretor de seguros, dispõe-se a ajudá-lo na volta à sociedade, inclusive empregando-o.

O advogado que cuidava do processo de Maurício foi destituído. Ele não foi encontrado pela reportagem.

À advogada que conseguiu a libertação, a **Folha** perguntou: “E se ele for mesmo um esturpador, agora à solta?” Resposta: “E se ele for um inocente que foi submetido a uma prisão absurda, sem sentença condenatória?”

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

'Prisão é para todo mundo'

BRASÍLIA - As manchetes, romarias à Papuda, críticas e elogios ao STF e o "ame-o ou deixe-o" em relação a Joaquim Barbosa estão concentrados nos três presos do PT, mas vale ler a entrevista do ex-deputado do PP Pedro Corrêa ao repórter Hugo Marques, da revista "Veja".

Ele diz que nunca teve problema com a polícia e a Justiça, nem mesmo um cheque sem fundo, mas hoje está em casa pronto para ser preso a qualquer momento. E é aquela história: ou a prisão de todos os mensaleiros (de esquerda e de direita) é injusta, ou a de nenhum deles é, certo?

Condenado a sete anos e dois meses, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Pedro Corrêa não é nenhum ícone petista como Dirceu nem foi torturado como Genoino, mas ele também é gente... E também é mensaleiro... E também foi condenado pelo Supremo... E, como eles, também vai ter de cumprir a pena...

Se Genoino e Dirceu se entregaram com os punhos cerrados, definindo-se como "presos políticos", o quase

anônimo Corrêa, velho malufista e ex-integrante da tropa de choque de Collor, admite, civicamente, que não é nada disso: "Não me considero um preso político de maneira alguma. Eu fui julgado por um tribunal que não é um tribunal de exceção, é um tribunal constitucional, legítimo".

Avisa que vai passar o resto da vida jurando que o mensalão não existiu e que sua condenação é injusta: "Não sou corrupto". Até aí, sem novidade. Nenhum preso, em sã consciência, diz o contrário. Mas ele não se faz de vítima política, de mártir do sistema, de santo perseguido pelo demônio Joaquim. Nem tem uma legião de militantes para atacar a Justiça como manobra para defendê-lo.

Aponta até uma "coisa positiva" em tudo isso: "Sempre se disse que prisão é para preto, pobre e pardo. Estamos vendo há algum tempo políticos e empresários presos. Isso mostra que a prisão é para todo mundo".

Como é médico, já tem até planos para passar o tempo entre as grades: vai cuidar dos outros presos.

CARLOS HEITOR CONY

Tortura e torturados

RIO DE JANEIRO - Por motivos profissionais, sou obrigado a acompanhar o noticiário a respeito dos presos que foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), detendo-me, sobretudo nas condições da carceragem, que, todos sabemos, não é das melhores. Os jornais publicam desenhos e croquis das celas, não esquecendo a metragem, que nunca é das maiores.

Nas delegacias para criminosos comuns, o pior castigo é a superpopulação, celas para três ou quatro detentos entupidas com 30 ou 40 prisioneiros, alguns deles sem um julgamento legal. Não é o caso dos mensaleiros. Mas sempre há um acréscimo nas condições da pena.

Dizem que na antiga União Soviética, para crimes menores, o "plus" da tortura era tocar "O Pato", do nosso João Gilberto, no maior volume possível, durante a noite toda.

Não sofri esse castigo. Preso seis vezes durante o regime militar,

pouparam-me desse suplício. Aliás, nunca fui torturado. Mas paguei meus pecados.

Na minha cela, no quartel da Polícia Militar, na rua Barão de Mesquita, havia uma lâmpada maravilhosa — que não era a do Aladim, mas do comandante Sizeno Sarmento — que ficava acesa dia e noite em cima da minha cara. Lâmpada realmente maravilhosa. Enorme, de 150 velas, segundo a opinião do Joel Silveira, um dos meus companheiros de cela. Fazia mais calor do que luz. Nas duas semanas de prisão, nunca apagou.

Mesmo assim, tive minha pena suplementar. Um sargento sergipano, como o Joel, tomou-se de liberdades e trouxe dois originais, um de poesias, outro de contos, queria nossa opinião e, se fosse o caso, uma recomendação para um editor de nossa escolha. Que foi fácil: a gráfica que imprimia o Regulamento Disciplinar do Exército — RDE para os íntimos.

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

VLADIMIR SAFATLE

Ritmos tortos

Os eleitores petistas podem não ter razão em tentar cano-nizar seus antigos líderes envolvidos em escândalos de corrupção, mas têm razão em se indignar com a maneira se-lectiva, própria à Justiça do Brasil, de tratar os partidos brasileiros. Não é preciso ser petista para reconhecer que algo de estranho acontece quando o partido-alvo não é o PT.

Por exemplo, uma mutação peculiar ocorre com o ímpeto investigativo e punitivo do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), sr. Joaquim Barbosa, quando o dito escândalo do mensalão passa à sua segunda fase, aquela na qual se conta a incrível história de sua origem nas campanhas tucanas mineiras e que, segundo o próprio deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), teria também ajudado a encher os cofres da campanha de reeleição do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

Tomado por certa paralisia e horror, é como se nosso presidente do Supremo não pudesse tocar no processo, deixando-o adormecer durante meses, anos, até que os porões do Palácio da Justiça lacrem tudo com o devido silêncio do esquecimento redentor.

Algo semelhante ocorre com um dos mais impressionantes escândalos de corrupção do Brasil recente, o que envolve o metrô paulistano. O mesmo metrô que se expande na velocidade de um carro subindo a rodovia dos Imigrantes em dia de volta de feriado com chuva.

Empresas multinacionais julgadas em tribunais suíços e franceses, pedidos de informação vindos da Justiça suíça e inacreditavelmente “esquecidos” por procuradores brasileiros, denúncias feitas por funcionários das empresas envolvidas citando nominalmente toda a cúpula dos tucanos bandeirantes que vão à imprensa apenas para encenar sua indignação por seus anos de dedicação franciscana à política serem jogados no lixo: nada, mas absolutamente nada disso foi capaz de abrir uma reles CPI.

Uma série de denúncias sobre assalto ao bem público durante quase duas décadas, tão bem fundamentadas que tiveram a força de abrir inquéritos em países europeus, não foi capaz de justificar uma reles CPI na província de São Paulo.

Ao menos nesse ponto, os eleitores do PT têm razão em não levar a Justiça brasileira a sério. Se o escândalo do metrô fosse com seu partido, meus amigos, vocês poderiam esperar um comportamento bastante distinto da Justiça e de certos setores caninos da *imprensa nacional*.

Agora, o próximo passo será um assessor de imprensa tucano mandar uma carta ac Painei do Leitor, neste jornal, tentado fazer, como sempre, o velho jogo da desqualificação “ad hominem”. Assim caminha o ritmo torto da indignação brasileira.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Na boca do caixa

Ricardo Lewandowski, relator no STF do processo sobre a correção das cadernetas de poupança pelos planos econômicos dos anos 80 e 90, quer proferir seu voto na sessão de amanhã. O ministro tem dito que não aceitará pressão do Banco Central e de bancos privados para adiar a decisão. Colegas acham que Lewandowski decidirá a favor dos poupadores. Ministros com a mesma tendência dizem que o cálculo do BC de risco de retração de crédito de R\$ 1 trilhão é “terrorista”.

Oficial O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, fará sustentação oral no plenário da corte contra o pagamento da correção. “Temos de superar esses passivos”, diz. O governo prevê grande impacto no crédito caso o STF dê ganho aos poupadores.

Menos dois Luiz Fux e Luís Roberto Barroso podem se declarar impedidos de julgar a ação. A corte está bem dividida sobre a questão.

26 NOV 2013
FOLHA DE S. PAULO
**Juízes criticam substituição
do responsável pelos presos**

Encarregado da execução das penas foi trocado após desavenças com STF

**Associações
condenam mudança
sem justificativa e
cobram esclarecimento
de Joaquim Barbosa**

DE PORTO ALEGRE

Associações de magistrados atacaram ontem a substituição do juiz do Distrito Federal responsável pela execução das penas dos condenados do mensalão. Ele foi trocado no fim de semana, após desavenças com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa.

A decisão de substituir o juiz titular da Vara de Execuções Penais de Brasília, Aedemir Vasconcelos, foi tomada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal sem a apresentação de justificativas.

O presidente eleito da Associação dos Magistrados do Brasil, João Ricardo Costa, disse ver “com preocupação” a substituição e afirmou que um juiz só pode ser afastado

de um processo se for comprovada alguma irregularidade. Ainda assim, disse, isso só ocorreria após a instauração de um procedimento com garantia de ampla defesa.

“Não pode um despacho afastar um juiz de um processo sem justificativa”, afirmou Costa, que assume a direção da AMB em dezembro. “Isso transmite a posição de que juiz que não decidir de acordo com o interesse desse ou daquele pode ser afastado.”

Vasconcelos queixou-se publicamente por não ter recebido instruções de Barbosa após a decretação das prisões e divergiu do presidente do STF sobre a melhor maneira de lidar com os problemas de saúde do ex-presidente do PT José Genoino, um dos condenados presos em Brasília.

Quem assumiu as funções de Vasconcelos foi o juiz substituto Bruno André Ribeiro, que é filho de um deputado distrital do PSDB.

A Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul também questionou a mudança. Após

observar que nem Barbosa nem o TJ do Distrito Federal “desmentiram” a informação de que a troca fora motivada pela insatisfação do presidente do STF, nota da associação afirmou que “não cabia” a Barbosa escolher outro juiz.

Outra entidade que manifestou contrariedade ontem foi a Associação de Juízes para a Democracia. Em nota, a presidente da associação, Kenarik Boujikian, disse que não se aceita mais “coronelismo no Judiciário” e cobrou “esclarecimentos” de Barbosa.

Se o presidente do STF não der explicações sobre o que ocorreu, afirmou a associação de juízes, ficaria “sujeito à sanção equivalente ao abuso que tal ação representa”.

A entidade acrescentou que o caso tem proporção ainda maior porque Barbosa acumula hoje a presidência do Conselho Nacional de Justiça, que fiscaliza o Judiciário.

A assessoria de imprensa do STF informou que Barbosa não iria se manifestar sobre o assunto por considerá-

lo de responsabilidade do TJ do Distrito Federal, que manteve silêncio sobre o caso.

Desde que assumiu a presidência do STF, há um ano, Barbosa mantém relação conturbada com associações de juízes e advogados. Em abril, chegou a discutir numa reunião com representantes dos juízes, acusando-os de agir de forma “corporativista”.

O principal ponto de discordância na ocasião era a criação de novos Tribunais Regionais Federais pelo país, contestada pelo ministro e apoiada pelos magistrados.

Após o encontro, a AMB e as associações de juízes federais e do Trabalho divulgaram nota afirmando que Barbosa tinha “enorme dificuldade” de conviver com quem pensa de modo diferente.

Em agosto, as entidades saíram em defesa do ministro Ricardo Lewandowski depois que Barbosa o acusou de “chicana” no julgamento do mensalão. (FELIPE BÄCHTOLD)

“ Não pode um despacho afastar um juiz de um processo sem justificativa [...] Transmite a posição de que juiz que não decidir de acordo com o interesse desse ou daquele pode ser afastado

JOÃO RICARDO COSTA
presidente da Associação
dos Magistrados do Brasil

“ Inaceitável [...] a realização de qualquer manobra para que um processo seja julgado por este ou aquele juiz. O povo não aceita mais o coronelismo no Judiciário

KENARIK BOUJIKIAN
presidente da Associação de Juízes
para a Democracia, em nota

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Pizzolato planejava sua fuga desde 2010, diz deputada italiana

Segundo a parlamentar ítalo-brasileira Renata Bueno, ele obteve passaporte no consulado da Itália em Madri

Oficialmente a Itália não informa quando concedeu o documento, nem se o ex-diretor do BB está mesmo no país

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM ROMA

A fuga de Henrique Pizzolato para a Europa começou a ser urdida em 2010, ano em que ele obteve um novo passaporte no consulado da Itália em Madri, Espanha, enquanto o processo do mensalão corria no STF (Supremo Tribunal Federal).

A informação é da deputada ítalo-brasileira Renata Bueno com base em informações extraoficiais que ela obteve junto a fontes diplomáticas italianas.

Oficialmente, a Itália não informa quando concedeu o último passaporte a Pizzolato —que tem dupla cidadania— nem a presença dele no país.

O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil foi condenado a 12 anos e 7 meses de prisão e é considerado fugitivo pela Justiça brasileira desde o dia 15 de novembro.

“Para conseguir o novo

passaporte, ele informou ao consulado da Itália em Madri que tinha residência fixa na Espanha. Isso mostra que ele já estava planejando fugir muito antes de ser condenado”, disse Renata Bueno, em Roma.

Segundo a deputada, este foi o último passaporte concedido pela Itália a Pizzolato. Seus passaportes brasileiro e italiano foram apreendidos por ordem do STF.

Procurado pela **Folha**, o Ministério das Relações Exteriores da Itália não informou se emitiu um novo passaporte ou um documento provisório para Pizzolato este ano.

Mesmo com o passaporte apreendido ele poderia ter embarcado para a Europa com um salvo-conduto emitido por representações diplomáticas. Isso é comum para repatriar cidadãos que perderam ou têm passaporte roubado em viagens ao exterior.

Com base em suas fontes, Renata Bueno diz que Pizzolato não procurou os consulados italianos em Assunção (Paraguai) e Buenos Aires (Argentina) —cidades do suposto roteiro da fuga.

Um diplomata italiano consultado pela **Folha** em Roma

pôs em dúvida que o passaporte de Pizzolato tenha realmente sido apreendido pela Justiça brasileira, pois a Itália não recebeu nenhuma comunicação oficial do confisco.

Passaportes pertencem ao governo que os emite, não aos seus portadores.

“Há muitos indícios de que o Pizzolato conseguiu ajuda de gente muito poderosa para fugir do Brasil e agora para se manter escondido”, disse a deputada.

Brasiliense de nascimento, Renata Bueno foi eleita para a Câmara dos Deputados Italianos com votos de cidadãos daquele país na América do Sul. Ela é filha do deputado Rubens Bueno (PR), líder do PPS na Câmara, sigla de oposição ao governo petista.

FORA DO SISTEMA

Outra dúvida é em qual cidade europeia ele teria desembarcado. Amigos de Pizzolato dizem que chegou a Paris e depois viajou para Roma.

As autoridades francesas não têm o registro da entrada dele. Na França, uma lei proíbe que sejam mantidos dados pessoais de passageiros que passam por controles de fronteiras, portos e aeroportos.

26 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONDENAÇÃO

Tim paga R\$ 5 mi

A Tim Celular S/A foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar uma indenização de R\$ 5 milhões a uma ex-funcionária que tinha horários de banheiro controlados, era avaliada diante dos colegas e sofria ameaça de mudança de horário, para pior, caso faltasse ao serviço.

A sentença é do juiz Felipe Augusto de Magalhães Calvet, da 8.ª Vara do Trabalho de Curitiba, da qual cabe recurso.

O valor da indenização foi aumentado significativamente em relação a sentenças envolvendo situações semelhantes por que, diante de “valores ínfimos”, a empresa não vinha manifestando “qualquer interesse em ajustar o ambiente de trabalho, sendo mais barato pagar eventuais ações trabalhistas”.

Uma testemunha confirmou que a ida ao banheiro era considerada pelo sistema como “pausa descanso” e que, fora dessas pausas, era necessário mandar um e-mail para o supervisor solicitando autorização.